

NOTA INFORMATIVA DO PLANO POUPANÇA REFORMA – PSN

1.º - Entidade Seguradora:

PREVISIÓN SANITARIA NACIONAL, PSN, MÚTUA DE SEGUROS Y REASEGUROS A PRIMIA FIA, companhia de seguros de direito espanhol em Livre Prestação de Serviços em Portugal, com sede social em Madrid, Calle de Génova, número 26, CP 28004, matriculada no Registo Comercial de Madrid, no tomo 4.071, livro 0, secção 33, folha M-67736, com o código de identificação fiscal (C.I.F.) V-28230688, autorizada pela Dirección General de Seguros del Ministerio de Economía y Competitividad del Estado Español e estando devidamente registada no Registro de Entidades Seguradoras y Reaseguradoras dessa entidade com o código M0377, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número único de matrícula e de pessoa coletiva 980384087, autorizada pela Autoridade Portuguesa de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, estando registada com o código 1180, entidade emissora desta apólice que, na sua condição de seguradora e mediante o pagamento do prémio a seu favor, assume o pagamento das prestações correspondentes à cobertura dos riscos objeto do presente contrato, nos termos e condições do mesmo.

2.º - Objecto e extensão do seguro:

Em caso de vida da Pessoa Segura na data prevista nas Condições Particulares para o vencimento do contrato, a Entidade Seguradora paga à Pessoa Segura o Valor Acumulado naquela data.

Em caso de morte da Pessoa Segura durante a vigência do contrato, a Entidade Seguradora paga aos respectivos Beneficiários o Valor Acumulado à data do falecimento.

3.º - Duração do contrato:

A apólice entrará em vigor às 0:00 horas, se não se designar expressamente outra, do dia indicado nas condições particulares da apólice, uma vez assinado o contrato e sempre depois de o Tomador do Seguro ter pago o prémio acordado para o primeiro Certificado Individual a emitir, tendo cada um destes a duração neles referida.

A duração do contrato não poderá ser estabelecida por prazo inferior a 5 anos e um dia e deverá ser fixada de modo a que a idade da Pessoa Segura na data do vencimento de cada Certificado Individual seja igual ou superior a 60 anos.

4.º - Livre resolução:

O Tomador de Seguro dispõe de um prazo de 30 dias, a contar da data da celebração, para resolver unilateralmente o contrato de seguro, devendo fazê-lo por meio de carta registada, considerando-se o contrato resolvido desde a data da sua celebração com devolução do prémio pago, deduzido os custos de desinvestimento que a Seguradora comprovadamente tiver suportado.

5.º - Prémios:

O prémio deverá ser pago previamente pelo Tomador do Seguro na altura da celebração ou da entrada em vigor do contrato.

Apenas serão admitidos prémios únicos, ainda que estes possam ser programados periodicamente para facilitar o pagamento. Para estes efeitos, os prémios programados serão considerados contribuições extraordinárias.

Nas Condições Particulares figurará a data, o montante e a data de emissão do recibo e a programação dos vencimentos subsequentes.

O Tomador poderá solicitar a alteração do montante, periodicidade ou da percentagem de atualização dos prémios programados contratados, sendo que a Entidade Seguradora se reserva o direito de estabelecer as condições de tais alterações. De igual forma, o Tomador poderá suspender o pagamento dos prémios programados, podendo optar por voltar a pagar os mesmos em qualquer momento enquanto a apólice estiver ativa, podendo a Entidade Seguradora reservar-se o direito a estabelecer as condições de reativação do pagamento dos prémios.

O Tomador e a Entidade Seguradora poderão, a qualquer momento, suspender a realização de novas contribuições ou as condições das mesmas.

O pagamento do prémio será feito na sede da Entidade Seguradora, salvo acordo em contrário constante das Condições Particulares.

O Tomador poderá realizar contribuições extraordinárias em datas posteriores à data de efeitos da Apólice o que resultará num aumento do capital final que será calculado de acordo com o juro técnico vigente e estabelecido à data de efeitos de cada contribuição, refletindo-se os referidos aumentos nos complementos que a Entidade Seguradora irá enviar ao Tomador.

6.º - Taxa garantida:

La taxa garantida será do 1,00%.

7.º - Participação nos resultados:

La participação nos resultados é calculada relativamente a cada certificado individual e em função da respectiva antiguidade, sendo conferido:

70 % durante os primeiros 5 anos;

75 % do 6.º ao 10.º ano;

80 % a partir do 11.º ano.

A atribuição da participação nos resultados ocorre a 31 de Dezembro de cada ano, sendo integrado no valor acumulado.

A todas as apólices cuja subscrição seja cancelada por pagamento de qualquer prestação ou por transferência, ao montante correspondente deverá ser adicionada a respetiva Participação nos resultados, de acordo com o cálculo seguinte:

Base do cálculo: provisão matemática a 31/12 do ano anterior ao cancelamento da subscrição (PM3112)

Interesse financeiro a ter em conta: o último atualizado por Investimentos (IF)

Em função dos anos decorridos desde o início da apólice, a percentagem de PB (PPB) será:

• 70% durante os primeiros 5 anos;

• 75% do 6.º ao 10.º ano;

• 80% a partir do 11.º ano.

Interesse técnico garantido em cada suplemento (IT)

Dias decorridos desde o dia 01/01 do presente ano até à data de cancelamento da subscrição da apólice (DD)

$PB = PM3112 * (PPB (IF - IT)) * DD / 365.$

8.º - Reembolso:

O reembolso total ou parciais do valor do PPR pode ser exigido a qualquer tempo, sem prejuízo das consequências daí emergentes previstas na legislação fiscal aplicável em cada momento.

São condições necessárias para a não aplicação das consequências fiscais:

- Excepto em caso de morte da Pessoa Segura, não se verificar o reembolso no prazo mínimo de 5 anos após cada subscrição;
- A verificação de uma das seguintes situações, tal como legalmente definidas:
 - Reforma por velhice da Pessoa Segura ou do seu cônjuge, quando o PPR seja bem comum do casal;
 - Desemprego de longa duração da Pessoa Segura ou de qualquer dos membros do seu agregado familiar;
 - Incapacidade permanente para o trabalho da Pessoa Segura ou de qualquer dos membros do seu agregado familiar, qualquer que seja a sua causa;
 - Doença grave da Pessoa Segura ou de qualquer dos membros do seu agregado familiar;
 - A partir dos 60 anos de idade da Pessoa Segura ou do seu cônjuge quando o PPR seja um bem comum do casal.

O valor de reembolso total ou parciais antes do termo da vigência do Certificado Individual respectivo corresponde ao Valor Garantido, reportado à data de liquidação do reembolso, deduzido:

- Até ao 3.º ano de vigência da apólice, de 2 % sobre as provisões matemáticas respectivas;
- No 4.º e o 5.º anos, 1 % sobre as provisões matemáticas;
- A partir do 5.º ano, 0,5 % sobre as provisões matemáticas.

Em caso de reembolso total, cessam todas as garantias previstas nos respectivos Certificados Individuais. São admitidos reembolsos parciais, podendo a Entidade Seguradora exigir a manutenção de um capital mínimo e sendo calculado um novo Valor Acumulado.

Em caso de morte da Pessoa Segura, o reembolso será solicitado pelos Beneficiários, nomeados ou supletivos.

9.º - Outras comissões aplicáveis:

De Gestão: 0,7 % sobre as provisões matemáticas.

De aquisição: 0 % sobre os prémios.

DE TRANSFERÊNCIA: 0,5 % sobre o valor transferido.

10.º - Lei aplicável:

O presente contrato rege-se pelas presentes condições gerais, pelas condições particulares, declarações prestadas pelo Tomador de Seguro e Pessoa Segura, nomeadamente na proposta e pelas normas de direito português e regulamentares aplicáveis.

O foro competente para qualquer pleito emergente deste contrato é o da comarca do local da emissão da apólice, considerando-se esta a que consta como tal das respectivas condições particulares.

11.º - Reclamações:

Sem prejuízo do disposto na regulamentação legal sobre Conduta de Mercado em tema de reclamações (NR 10/2009), que prevalecerá em caso de eventual divergência, aplicar-se-á o seguinte:

Por via interna:

1. Mediante o envio do formulário de queixas ou reclamações ou de escrito formulado pelo interessado e dirigido ao Serviço de Reclamações da Entidade Seguradora, acompanhado, se necessário, da documentação ou provas que considere conveniente; as reclamações, queixas ou os escritos formulados pelo interessado serão tratados e resolvidos de acordo com o estabelecido no "Regulamento do serviço de reclamações do Grupo PSN" da PREVISIÓN SANITARIA NACIONAL, PSN, Mútua de Seguros y Reaseguros a Prima Fija - Sucursal em Portugal.
2. Decorridos 20 dias contados da receção pela Entidade Seguradora da reclamação inicial sem que haja resposta ou com resposta insatisfatória, o assunto pode ser apresentado ao provedor do cliente.
3. Para o efeito, existem em todos os escritórios da Entidade Seguradora à disposição dos mutualistas o "Regulamento do serviço de reclamações do Grupo PSN" da PREVISIÓN SANITARIA NACIONAL, PSN, Mútua de Seguros y Reaseguros a Prima Fija - Sucursal em Portugal.

Por via externa:

1. Via administrativa, uma vez negada a reclamação ou queixa pela via interna, mediante o procedimento de reclamação junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, Portal do Consumidor, disponível em <http://www.asf.com.pt/>. Poderá ainda reclamar para o Provedor do Cliente da PSN, nos termos da Norma Regulamentar da ASF nº10/2009, cujos dados de contato estão disponíveis no website da PSN.
2. Via judicial, nos tribunais que sejam competentes nos termos da lei civil."

Sr./Sra. _____

N.I.F. nº. _____

B.I.nº: _____

O SEGURADO DO SEGURO

Devolver uma cópia assinada à Entidade Seguradora.

Em _____ a _____ de _____ de 20 _____

Sr./Sra. _____

N.I.F. nº. _____

B.I.nº: _____

O TOMADOR DO SEGURO

PELA ENTIDADE SEGURADORA



PSN Mutua de Seguros y Reaseguros a Prima Fija – em Livre Prestação de Serviços em Portugal